

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.577 - SP
(2019/0055946-4)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : LEONETE PAULA WEICHOLD BUCHWTZ
ADVOGADO : LEONETE PAULA WEICHOLD BUCHWTZ (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP246030
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904
MARCELO OLIVEIRA ROCHA - SP113887
FABIANO ZAVANELLA - SP163012
JOAO CARLOS DE CASTRO SILVA - DF012939
RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - SP211648
MARCOS TRINDADE JOVITO - SP119652

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por LEONETE PAULA WEICHOLD BUCHWTZ em face de decisão assim ementada:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SUSPENSÃO DO FEITO EM VIRTUDE DA REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NOS TEMAS N. 264, 265, 284 E 285 DO STF. DESNECESSIDADE. DECISÃO DE FLS. 359/360 (E-STJ) TORNADA SEM EFEITO. DEBATE ACERCA DA LEGITIMIDADE DO NÃO ASSOCIADO PARA A EXECUÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA MANEJADA POR ASSOCIAÇÃO NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTA PROCESSUAL. CONTROVÉRSIA AFETADA PARA JULGAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS (RESP 1.438.263/SP, RESP 1.361.872/SP E RESP 1.362.022/SP). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA TORNAR SEM EFEITO A DECISÃO EMBARGADA E, DESDE LOGO, DETERMINAR A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA QUE O RECURSO PERMANEÇA SUSPENSO ATÉ

Superior Tribunal de Justiça

A PUBLICAÇÃO DOS ACÓRDÃOS PARADIGMAS, NOS TERMOS DO ART. 1.037, INCISO II, DO CPC/2015, OBSERVANDO-SE, EM SEGUIDA, O PROCEDIMENTO DOS ARTS. 1.040 E 1.041 DO CPC/2015 (e-STJ fl. 394).

A embargante alega não se cuidar de caso de suspensão, porquanto a sentença coletiva ora em cumprimento seria proveniente da ACP 0242449-39.2007.8.26.0100, ajuizada pela Aprovat contra o Banco Nossa Caixa S/A (hoje Banco do Brasil), na qual constaria do título executivo a assertiva de que todos os consumidores estariam legitimados a executar individualmente ou a se habilitar na referida ação civil para a execução dos expurgos de poupança do Plano Collor I e II.

Impugnação às fls. 419/425 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Os presentes aclaratórios não merecem acolhida.

Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, incisos I, II e III do Código de Processo Civil/2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. OMISSÃO NÃO CONSTATADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando

constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

2. A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da

Superior Tribunal de Justiça

matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios prevista no art. 1022 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 874.797/SP, QUARTA TURMA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 04/08/2016).

No caso, entretanto, não se configura a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o *decisum* embargado decidiu com fundamentação suficiente a contenda, deixando claro que uma "das controvérsias devolvidas ao conhecimento desta Corte Superior mediante o recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL SA, foi afetada ao rito dos arts. 1.036 a 1.041 do CPC/2015, conforme julgados da relatoria do Senhor Ministro Raul Araújo, proferido no REsp 1.438.263/SP, no REsp 1.361.872/SP e no REsp 1.362.022/SP, em 07/06/2019, para uniformizar o entendimento sobre '*Legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual*'" (e-STJ fl. 395).

Insta observar que o Ministro Raul Araújo proferiu decisão nos autos do REsp 1.438.263/SP, acima mencionado, delimitando a abrangência da suspensão nos seguintes termos:

*3) a suspensão não abrange os específicos casos das execuções das sentenças proferidas na ação civil pública que a Apadeco moveu contra o Banestado (ACP nº 38.765/1998/PR) e naquela que o IDEC moveu contra o Banco do Brasil (ACP nº 16798-9/1998/DF), levando-se em consideração o julgamento dos **Recursos Especiais nº 1.243.887/PR e nº 1.391.198/RS**, julgados sob o rito dos recursos especiais repetitivos, e a eficácia preclusiva decorrente da coisa julgada.*

Por conseguinte, não se enquadrando o caso concreto nas exceções acima destacadas, mostra-se imperioso o sobrestamento do feito.

Nessa ordem de ideias, **não existe qualquer vício a ser sanado**, razão pela qual não devem ser acolhidos os presentes embargos.

Superior Tribunal de Justiça

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

